

A UTILIZAÇÃO DO SEQUESTRO DE CARBONO PELOS SURUÍ EM SEU TERRITÓRIO ANCESTRAL

Carlandio Alves da Silva¹

Onélia Carmem Rossetto²

Resumo

A etnia Suruí elaborou Projeto de Carbono Suruí em 2015, como forma de impedir a retirada e propiciar a preservação de seus recursos naturais de dentro da Terra Indígena Sete de Setembro. Sendo a primeira etnia no país a fazer uso dessa captação de fundo internacional para uma tentativa de conter a emissão de gases e o desmatamento dentro de sua Terra. Com essa estratégia, ao incorrer em tal ação a etnia encontrou uma forma de colocar em prática sua territorialidade e manter seu território. Pois, sofrem fortes pressões de proprietários rurais no entorno de sua área, madeireiros dentre outros que invadem os limites de seu território para caçar, pescar ou até mesmo atacá-los. Para este trabalho, foi aplicado como metodologia de pesquisa qualitativa, onde primou-se pelo viés tipológico descritivo e explicativo, com buscas em fontes bibliográficas para evidenciar os fatos. Nesta perspectiva, fora utilizado como método o materialismo histórico dialético, o qual em conjunto com textos geográficos propiciaram um olhar da realidade vivida por esse povo, onde as questões referentes ao preconceito étnico, a diferenças sociais, aos conflitos resultantes do processo de exclusão propiciados pelo capital no decorrer do tempo foram estudados e evidenciados para compreensão social da etnia.

Palavras-chave: Territorialidade; Conflito; Preservação

Resumen

La etnia Suruí desarrolló el Proyecto Carbono Suruí en 2015, como una forma de prevenir el retiro y promover la preservación de sus recursos naturales dentro de la Tierra Indígena Sete de Setembro. Siendo la primera etnia del país en hacer uso de esta captación de fondos internacional en un intento por contener la emisión de gases y la deforestación dentro de su territorio. Com su estrategia, al tomar tal acción, la etnicidad encontró la manera de poner en práctica su territorialidad y mantener su territorio. Pues sufren una fuerte presión por parte de terratenientes rurales de las inmediaciones de su zona, madereros y otros que invaden los límites de su territorio para cazarlos, pescarlos o incluso atacarlos. Para este trabajo se aplicó como metodología de investigación cualitativa, donde se distinguió por la tipología descriptiva y explicativa, con búsquedas en fuentes bibliográficas para la divulgación de los hechos. En esta perspectiva, se utilizó como método el

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - oidnalrac@gmail.com

² Pesquisadora Associada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - carmemrossetto@gmail.com

materialismo dialéctico, que junto a los textos geográficos brindaron una mirada a la realidad vivida por estas personas, donde cuestiones relacionadas con los prejuicios étnicos, las diferencias sociales, los conflictos derivados del proceso de exclusión proporcionado por El capital a lo largo del tiempo tiene sido estudiado y evidenciado para la comprensión social de la etnicidad.

Palabras clave: Territorialidad; Conflicto; Preservación

INTRODUÇÃO

Na Amazônia brasileira as áreas indígenas reconhecidas ocupam expressivos 20% da área total da Amazônia legal, de acordo com dados oficiais indigenistas, sendo que as terras são asseguradas do ponto de vista jurídico e constitucional.

No entanto, para que esse total fosse alcançado houve incentivo do Estado brasileiro, o qual desenvolveu políticas públicas direcionada ao uso e ocupação das áreas ocupadas por indígenas. Pois a migração incentivada em Rondônia foi voltada para o agronegócio, o que possibilitou profundas consequências para os grupos indígenas na Amazônia, mesmo porque perderam parte do seu território ocasionado pelas políticas públicas de ocupação, e consequentemente para ocupações ilegais e conflitos com fazendeiros e madeireiros, estes fazendo parte ou não da sociedade envolvente. Para a geografia essa ação é denominada e caracterizada como desterritorialização dos indígenas que viviam na região amazônica.

Algumas obras dos autores como Coy (1987;1988) e Becker (2001) ajudaram a pensar sobre a Amazônia e as políticas de ocupação que ocorreram, e que deixaram vários problemas sociais com etnias que estavam até então vivendo em seus territórios, que eram as regiões de aplicação dos projetos governamentais.

Os conflitos de terras, problemas com madeiras dentre outros problemas gerados pela invasão das terras indígenas no caso dos grupos indígenas das terras amazônicas, foi e tem sido em grande parte ignorada pela percepção do Estado, já que ele exerce a função de organizador do espaço.

É visível perceber que o Estado queria desenvolver um ambiente propício para que o capital na época da extração da borracha na Amazônia, tivesse cada vez mais fluidez, pois a partir dos

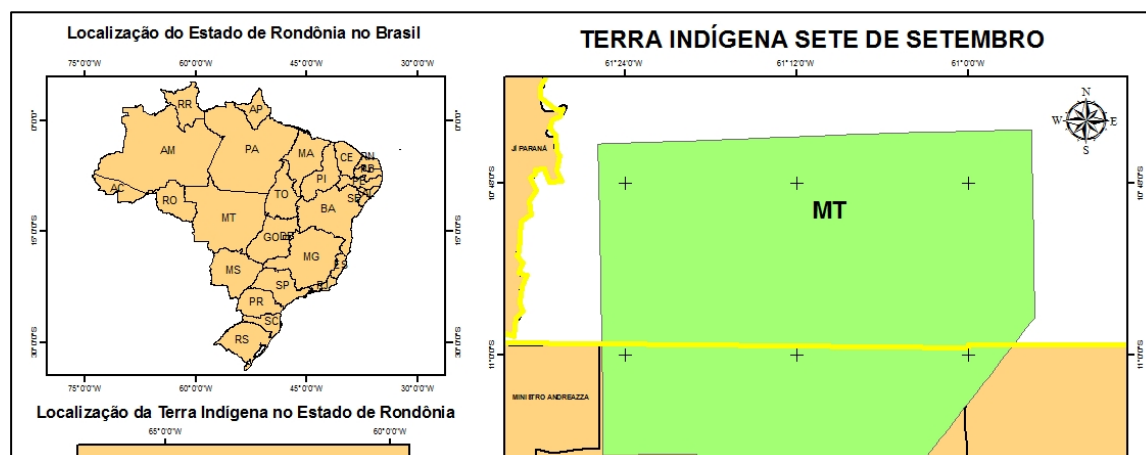
incentivos do governo para migração ocorreu a ocupação por povos desconhecidos, com isso os nativos da região, e os grupos étnicos foram cada vez mais sendo desterritorializados.

Com a construção da estrada de ferro Madeira Mamoré que tinha como intenção o escoamento da borracha, a qual é responsável pelo surgimento das primeiras cidades Porto Velho e Guajará-Mirim, vem seguido por um desenvolvimento ao longo de seu percurso. Vindo a motivar a construção da linha telegráfica de Cuiabá a Porto Velho, o que levou mais uma vez algumas tribos da região amazônica a entram em conflitos tentando proteger suas aldeias, contra o chamado progresso, que para o indígena a palavra teve o significado de destruição.

Dados históricos como a descoberta de jazidas de cassiterita no norte de Rondônia na década de 50 na qual foi um dos motivos para a construção da estrada Cuiabá-Porto Velho, fazendo ligação da Amazônia ocidental ao restante do País, mostra o ponto de partida da ocupação do espaço rondoniano pelos não indígenas. Essa ocupação de intenções benéficas para a nação brasileira de alguma forma não era benéfica para as etnias que viviam em Rondônia, essas adquiriram doenças transmitidas pelo não índio, levando grande parte das etnias a morte, pois seus corpos e suas medicinas naturais não eram capazes de solucionar, causando óbitos a famílias inteiras.

Os Paiter Suruí e a Terra Indígena Sete de Setembro

Percebe-se que o contato produziu profundas cicatrizes nos povos indígenas e no caso dos Paiter Suruí não foi diferente, pela proximidade de sua terra com a BR 364, que liga a região norte ao restante do país, essa estrada que desenvolveu cidades vizinhas (Cacoal, Pimenta Bueno, Espigão do Oeste). As modificações podem ser vistas e sentidas, e esses confrangimentos que sofrem ou sofreram pelos mais distintos atores sociais (posseiros, garimpeiros, madeireiros, e outros), fizeram que seu modo de vida passasse por novas representações, contudo os Paiter Suruí vivem na Terra Indígena Sete de Setembro ainda mantém alguns de seus valores ancestrais. Abaixo a imagem de localização da Terra Indígena Sete de Setembro:



Dentro da Terra Indígena Sete de Setembro há oito aldeias que se encontram distribuídas ao longo dos seus limites, essa ocupação do espaço se dá por questões de segurança e de aproveitamento das antigas sedes de fazendas deixada por invasores que se estabeleceram dentro da área nas décadas de 70 e 80.

Para que fosse possível a vivência desta etnia em uma parte de seu ambiente natural, e que pudessem ter continuidade a utilização dos produtos e alimentos do qual estão habituado, o Estado brasileiro agindo ainda que pressionado pela criação de terras indígenas, tem cogitado o seu papel, na tentativa de amenizar a problemática existente resultado do “encontro de sociedades” e culturas diferentes, já que a Constituição federal de 1988 reconhece o direito originário à terra. Dessa forma, no caso dos Paiter suruí, a Terra Indígena Sete de setembro foi demarcada e homologada pelo Decreto 88.867 de outubro de 1983 e sua localização esta situada nos municípios de Cacoal Rondônia e Rondolândia no Mato Grosso.

Os suruí tem sua organização social com fundamento em clãs, esses denominados de Gameb (maribondos pretos), Gamir (maribondos amarelos), Makor (uma tipo de bambu amazônico) e, Kaban (uma fruta regional).

Os Paiter Suruí, habitam uma área de 248.147 hectares inserida nos estados de Rondônia e Mato Grosso, o contato oficial pela (FUNAI) Fundação Nacional do Índio, foi no dia 07 de setembro de 1969, na aldeia Nabekó Dabalaquibá (Aldeia Facão Pendurado).

Seu *Labimay Esaga*, (líder maior do povo Paiter Suruí) Almir Narayamoga Suruí, é incisivo quando afirma que “no dia 07 de setembro o Brasil comemora sua independência de Portugal, no entanto essa data é quando nos tornamos dependentes do Estado brasileiro”. A fala do líder Suruí demonstra o descontentamento com a atual posição de seu povo.

Nas primeiras décadas do século XX, anteriormente ao contato oficial, os Paiter Suruí tiveram relações esporádicas, algumas violentas, com outras etnias, seringueiros e trabalhadores da comissão Rondon. Coincidentemente esse contato oficial do Estado brasileiro com os Paiter Suruí, ocorreu com a expansão das fronteiras econômicas na Amazônia, pois esse foi o caminho de atração para milhares de migrantes.

É para se destacar aqui que a vinda dos migrantes era de fundamental importância para atender aos interesses do Estado, como estratégia de reduzir ao mínimo os problemas sociais e econômicos de outras regiões do país, ao mesmo tempo que se percebeu o avanço e a inserção do modelo econômico na região tem-se a consolidação da ocupação das fronteiras amazônicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA foi o grande incentivador da colonização, nesse período que alcançou entendimento no final da década 1960 até início dos anos 1990, dessa forma ocorreram “encontro de sociedades” com valores e entendimentos diferentes de mundo distintos, ocasionando e configurando em quadros de imensas perdas de vida.

Segundo os relatos dos Paiter Suruí, na década de 1970, metade de seu povo morreu devido às doenças transmitidas pelos migrantes, e na década seguinte os indígenas contavam com uma população muito reduzida, atualmente como os dados da (FUNASA, 2010), encontrando-se muito distante de alcançar o quantitativo constatado no início do contato oficial. De acordo com a história oficial do contato, os dados estatísticos relatam que em dois anos a população foi diminuída de 600 para 250 indivíduos, e segundo os Paiter Suruí eram 5.000, pois a FUNAI deixou de registrar a quantidade de malocas existentes, constatando apenas duas em seus registros, que segundo Almir Suruí essa seria a causa do número reduzido da população.

O que os Paiter Suruí relatam e afirmam, é que não era possível registrar o número de falecidos, pois os enfermos fugiam para outras aldeias levando a doença para os demais que não estavam preparados ou imunes para tais doenças, de tal forma que não tinham tempo para sepultar todos. Esses danos interferiram diretamente em sua forma de vida, pois essa condição de declínio populacional nas décadas de 1970 e 1980 teve relação direta com os invasores, que tendo o poder do Estado para auxiliá-los a permanecer na terra, propiciando assim danos nos recursos naturais e o contágio de endemias nunca antes adquiridas pelos Paiter Suruí.

As doenças oriundas do contato foram consideradas grandes causadoras da redução da população, pois os indígenas não tinham imunidade suficiente para combater vírus e bactérias até então desconhecidas, segundo os relatos dos Paiter Suruí que destaca as principais epidemias de tuberculose, gripe, pneumonia e sarampo, que tem semelhança com outros povos indígenas que também sofreram diminuição na sua população de acordo com suas histórias.

Na década de 1990 os indígenas Paiter Suruí retomaram o seu crescimento populacional, no entanto uma parte da população, os que vivem fora da Terra Indígena, que moram fora da aldeia por algum motivo, seja este para estudar ou por terem casado com não indígena.

MATERIAIS E MÉTODOS

Tal estudo foi elaborado a partir da metodologia de pesquisa qualitativa com intuito de evidenciar a territorialidade dos Suruí aplicada à questão ambiental. O embasamento metodológico seguiu a técnica utilizada para produção de textos acadêmicos, utilizando Demo (1992) e Koche (2005), para explicar os passos para efetivação de um texto científico, com critérios específicos, fora escolhido o viés de pesquisa bibliográfica qualitativa, com tipologia descritiva e explicativa, os dados são de fontes secundárias, as quais segundo Castro e Silva (2020) são obtidas em documentos físicos ou eletrônicos, tais como jornais, periódicos, revistas científicas, livros, artigos, monografias, dissertações e teses, analisados sobre a luz do método marxista.

Com o método do materialismo histórico dialético, se concebeu um olhar geográfico da realidade, onde as questões referentes a diferenças sociais, os conflitos resultantes do processo de exclusão propiciados pelo capital foram estudados e evidenciados para compreensão da sociedade,

nesse sentido autores como Lefebvre (2017), Harvey (1992), Politzer (1975), Martins (2019) e Hobsbawm (2006) foram imprescindíveis.

No materialismo histórico dialético há uma concepção de natureza idealista, onde ocorre o predomínio das ideias colocado em relação à matéria. No entanto, sua análise não admite a hipótese de uma harmonia espontânea, pois reconhece a existência das contradições tanto no homem como na sociedade humana. Dentro dessa lógica, Politzer (1975), indica que o homem se define pelo conhecimento, pelas ciências e suas descobertas.

As ciências são mediadas pelo homem, que tem uma relação fundamental com a natureza através dos seus atos e pensamentos. Mas, no centro de suas preocupações está o homem. Essa concepção de mundo tomada em toda a sua amplitude, tracejada pela existência humana e suas contradições, é denominada de materialismo histórico dialético. Lefebvre (2017), esclarece sobre como é sintetizado e unificado dois elementos que Marx encontrou separados e isolados na ciência e na filosofia de seu tempo, sobre o materialismo filosófico, no qual a ciência já avançada sobre a natureza, e a ciência esboçada a partir da realidade humana, a dialética de Hegel, isto é, teoria das contradições. Essas contradições podem ser observadas para atender aos processos e mecanismos legais para as especializações que se deram ao longo do tempo pelo desenvolvimento econômico. E, ao analisar o desenvolvimento econômico no olhar marxista busca-se interpretar as contradições que são propagadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Territorialidade e o sequestro de carbono

Na Ciência Geográfica, o conceito de território está ligado a uma extensão de apropriação juntamente com o sentimento de pertencimento, esta apropriação ocasionalmente está naquilo que se pretende alcançar, com o propósito no sentido de controlar efetivamente, por partes de instituições ou grupos, um espaço geográfico, apropriando-se de maneira afetiva a uma identidade territorial.

A multiplicidade de sentidos da palavra ou locução do que se entende por território é perceptível em Haesbaert, quando em seus estudos sobre território, ele elenca três vertentes básicas da categoria:

1. Jurídico-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado; 2. Cultural (ista): prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, na qual o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço; 3. Econômica (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho. (HAESBAERT, 2001, p. 118).

Seguindo essa perspectiva foi escolhido para este trabalho a cultural ou simbólico cultural, pois de acordo Haesbaert (2001), o território é visto como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço. Essa valorização simbólica que tem seus laços espirituais ou um vínculo psicológico ao seu local de nascimento, que seus antepassados viveram neste habitat e nele foram enterrados.

Dessa forma, compreende-se território como um resultado das relações sociais que se organizam tanto politicamente como espacialmente, não como parte da natureza ou artificial sem sujeitos, mais a transformação social e conquista de melhores condições de vida.

É a esse processo que denominamos de territorialização: movimento objetivo e subjetivo, histórico e relacional de construção de territórios e territorialidades que, simultaneamente, determina a si mesmo como movimento, como devir-pretérito e como pretérito-devir. O território é apropriado e produzido socialmente no tempo e no espaço; significa a relação espaço-tempo em movimento de unidade; é reconstruído incessantemente, tanto espacial como temporal, pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais (E-P-C) unidas, no mesmo movimento, com as naturezas orgânica e inorgânica do homem, como síntese da relação sociedade-natureza (SAQUET, 2011, p. 40).

Assim dessa maneira, o território é produzido e apropriado socialmente no tempo e no espaço, é uma produção a partir do espaço. Com limites e fundamentos a partir das relações de poder, e se interligando como um todo, enquadrando-se a um poder ou de um poder, de modo organizado, como se acomodassem em uma determinada ordem.

Essas relações que seguem uma escala e que determinam uma dimensão dos poderes. Tendo poderes força para intervir em todas as escalas, e aqueles determinados aos seus limites nas suas escalas dadas. O território local onde certo grupo desenvolve sua territorialidade, que é um fenômeno de comportamento que integra-se e organiza-se no espaço, em territórios visivelmente diferentes, em setores em que se exerce ou se difunde determinada atividade, intelectuais ou físicas de influências consideradas únicas e distintas para os que definem, ou daqueles que se encontram em posse.

O que percebe-se em relação a territorialidade, é sua composição cheia de sentimento de identidade espacial, sentimento de serem exclusivos, é um interação social no espaço. Não se pode imaginar um grupo formado ou constituído por uma amostra de indivíduos, que não esteja posta em causa a identidade, e seu contexto histórico, espacial e temporal.

Para que possam ter uma afirmação da identidade são necessárias representações que são partes constituintes de um todo, o que é vital, necessário, essencial no processo de afirmação da identidade, para defesa do seu território, que são partes de suas vivências e relações de territorialidade.

Os Paíter Suruí buscam melhorias em seu modo de vida com novas tecnologias, de uma forma que integram o constructo da identidade pessoal, organização socioespacial e coletiva, se faz necessário à preservação de sua floresta, pois a etnia está ligada a terra, na qual se organizam dentro de seus limites em seu espaço de ação.

A maioria das populações indígenas do Brasil, assim como os Paíter Suruí, perderam uma parte gigantesca do seu território e suas referências históricas e simbólicas. Como sua própria cultura, um povo que viveram em guerras defendendo o seu direito de viver nas terras que habitaram seus antepassados, e que sempre foram suas, recusando-se a absorver a cultura envolvente.

O Meio Ambiente e a Aplicação do Sequestro de Carbono

Os diversos entendimentos em relação ao início do processo de globalização não podem negar de que há relativamente um consenso em dizer que se passou a viver um novo espaço de tempo caracterizado por certos fatos. Em Porto-Gonçalves (2011) percebeu-se que essa nova

época é caracterizada pela dependência ou importância cada dia maior do capital financeiro, e que alguns Estados são poderosíssimos aliados a outros, que segundo vão se afirmando em uma hegemonia dos Estados Unidos no mundo:

Desde então, organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial, entre outros, vão se constituindo em peças-chaves da afirmação da hegemonia dos Estados Unidos no Mundo, contribuindo para diminuir o poder soberano dos outros Estados e para sua maior subordinação ao capital financeiro internacional. Essa hierarquia de Estados poderosos tem como centro os Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França, Canadá e Itália (os 7), mais a Rússia (+1). (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 22).

É possível observar quando se trata de globalização, que este período está cada vez mais interdependente, mas isso não significa que para todos tem o mesmo nível de dependência, há uma hierarquia que segue uma relação de poder. Desse modo, percebe-se um novo período desde os finais dos anos de 1960. Na globalização, aos europeus cabe um papel de destaque exclusivo deste acontecimento, passível de esquecimento que o mundo como um todo participou. Pois ao colonizar a América tiveram uma consolidação da hegemonia europeia no mundo. Em busca de riquezas como ouro, prata, e o desenvolvimento de *plantations*, quase sempre com trabalhos escravos de índios e negros, pois já tinham essa experiência na África:

Vê-se, portanto, que o processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente. Vê-se, também, que junto com o processo de globalização há, ao mesmo tempo, a dominação da natureza e a dominação de alguns homens sobre outros homens, da cultura europeia sobre outras culturas e povos, e dos homens sobre as mulheres por todo o lado. (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 25).

As grandes navegações permitiram o desenvolvimento do comércio além de seus continentes, com isso, a exploração dos recursos naturais ocorreu em outras escalas por várias partes do planeta para suprir as necessidades europeias nos séculos XVI e XVII, distribuindo desigualmente os proveitos e os rejeitos que supostamente o progresso desenvolveu. A exploração da natureza passando a ser globalizada quando as distâncias começam a ser rompidas e superadas pela tecnologia humana. Atualmente este período de globalização em que se defende a absoluta liberdade de mercado, é diferente dos outros períodos que antecederam, pelas peculiaridades do


desafio ambiental que o constitui. Pois até os anos de 1960, o que era uma solução a dominação da natureza, passa a ser uma questão, como nos mostra Porto-Gonçalves (2011) quando escreve sobre a questão de como as sociedades relacionam-se com a natureza.

Ganhar dimensões políticas, preocupações com o esgotamento dos recursos naturais, se continuarem a seguir essa linha de desenvolvimento, passam a ser as novas tendências do pensar sobre o meio ambiente. Fase essa, que começam a ganhar a aceitação da legitimidade na área científica e técnica, e preocupações com políticas e questões culturais. No entanto, ocorrem mudanças nos campos da política e da ciência, por meio das relações de poder da revolução biotecnológica, e novas lutas começam a aparecer contra esse sistema tecnológico, que de início vieram para melhorar as diversidades e se adaptarem aos ambientes de culturas com esses históricos e de seus grupos, aperfeiçoando as intervenções provocadas por esse sistema. O que contribuiu para concentrar poder, que teve com consequência também os riscos ambientais e o aumento da desigualdade.

O tema sobre mudanças climáticas global foi abordado nas Convenções do Clima da ONU, como forma de flexibilização dos compromissos com o meio ambiente. Essas preocupações envolveram projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que tem o posicionamento de um lado das grandes empresas transnacionais dos países desenvolvidos que é bastante intensa suas emissões. Essas empresas é também a financiadora dos projetos de sequestro de carbono ou da redução das emissões para vir a ter os créditos de carbono, como forma de compensação das emissões nos seus países. E, do outro lado a se posiciona os civis de uma sociedade ou governos de países em desenvolvimento para conseguir esses recursos e poderem utilizar de sua maneira.

É de se perceber, que os problemas ambientais, de acordo com Yu (2004) adquiriram dimensões globais, acompanhado de intensificação da degradação ambiental, e que envolve também as mudanças climáticas:

Mudanças climáticas são processos naturais, consideradas as escalas de tempo de milhares de anos de eras geológicas. Entretanto, a velocidade e intensidade com que estão ocorrendo mudanças no sistema climático da Terra a partir da Revolução Industrial é que tem sido objeto de preocupação de cientistas e líderes



mundiais, principalmente nas duas últimas décadas. Em 1991, o Painel Intergovernamental sobre mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas publicou o primeiro relatório sobre o aumento da temperatura no globo, devido à intensificação do efeito estufa, com a participação de cientistas renomados do mundo inteiro. Este relatório foi uma declaração investida de autoridade da comunidade científica internacional, passando a ser considerado como referência principal sobre a mudança climática global (YU, 2004, p. 39).

As mudanças climáticas de grandes impactos aconteceram sem a intervenção do homem, uma delas que dizimou até mesmo os dinossauros de acordo com os paleontólogos, outra mudança climática globalmente falando foi o processo do recuo da glaciação as posições das latitudes que atualmente são as calotas polares. Destarte, o efeito estufa também é um fenômeno físico que acontece naturalmente. Sabe-se que o principal gás causador do efeito estufa é o dióxido de carbono (CO₂), o qual estão estocados em quatro principais grupos, que estão na atmosfera, depósitos de combustíveis fósseis, os oceanos e a biomassa terrestre e solo.

Os impactos ambientais aumentaram consideravelmente nas últimas décadas do século passado. As emissões poluentes na atmosfera são feitas por todos os países do mundo, independentemente de sua evolução industrial. Contudo, ação antrópica tem provocado o aumento do efeito estufa devido suas emissões de carbono na atmosfera boa parte pela queima de combustíveis fósseis, queima das florestas, produção de cimento, e outras mais.

No ano de 1997 foi realizada mais uma conferência em Kioto, que teve como resultado o chamado Protocolo de Kioto, onde foi firmado um termo de compromisso de redução de emissão de GEE. Segundo Yu (2004) os países desenvolvidos teriam compromisso de reduzirem suas emissões anuais dos GEE, no período de 2008 até 2012, para que tivessem alcançado a média de 5,2% inferior aos do ano de 1990, o que não conseguiram. Dessa forma quando tais empresas não conseguem alcançar as metas estabelecidas, farão a compra de cotas nos países ou empresas que não emitiram o poluente.

A exemplo dessa compra de oxigênio, tem-se o Projeto de Carbono Suruí, este foi desenvolvido a partir de uma das maiores inquietações em relação a crise ambiental atual sobre mudanças climáticas global.

De acordo com as informações obtidas pelos meios de comunicação utilizados pelos Suruí e pela Metareilá, que é a associação indígena dos Suruí, a etnia objetivou criar um mecanismo de

financiamento de longo prazo para que fosse um dos pilares para o plano de gestão sustentável das comunidades indígenas, como forma de fortalecê-las e de colaborar com a conservação do meio ambiente principalmente onde vivem, já que esta área é alvo de grande desmatamento como nos mostra o Projeto Carbono Florestal Suruí (2016, P. 05):

O Estado de Rondônia (RO), onde está localizada a maior parte do Projeto de Carbono Florestal Suruí (PCFS) e por onde se tem acesso e relação econômica com os atores do projeto, é um dos Estados que mais perde florestas na Amazônia Brasileira. Entre 2000 e 2009 foram mais de 2.400.000 hectares de desmatamento, o que corresponde a aproximadamente 14% do total desmatado na Amazônia Legal brasileira nesse período. A outra fração do PCFS está localizada no Estado do Mato Grosso, responsável por 36% do desmatamento da Amazônia no mesmo período.

Para os Suruí a iniciativa de criar um projeto que terá sua execução no plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro. Pois, é esperado que o financiamento recebido auxilie no desenvolvimento de um Plano de Gestão. E, os pagamentos pelos serviços ambientais seriam uma boa oportunidade, pois eles podem ser obtidos pelo mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). O projeto carbono Suruí também visa conter o desmatamento e uma diminuição das emissões dos gases já que esta área vive sob forte pressão devido a expansão de propriedades rurais.

Acredita-se, que na forma em que estão realizando o projeto é considerado o primeiro para o movimento indígena, pois de acordo com suas próprias colocações, o Projeto de Carbono Suruí teve o consentimento prévio informado, e os quatro clãs assinaram esse acordo de cooperação. Foi esse acordo que autorizou o grupo a comercializar os créditos de carbono e é peça-chave:

O pagamento por serviços ambientais, especialmente a comercialização de créditos de carbono, representa uma alternativa nova e promissora para o povo Suruí. Essa é na verdade a peça-chave do projeto, que desde o seu início em 2007, primou por um procedimento voltado à necessidade da comunidade Suruí de se apropriar dos conceitos e técnicas utilizados no mercado de carbono. Uma opção a mais para trazer novos rumos à gestão etnoambiental das terras indígenas. (CARBONO SURUÍ, s.d., p. 03)³.

³ http://www.kaninde.org.br/wp-content/uploads/2015/11/folder_vers_o_final_1334543440.pdf.

Este projeto os desafia a uma questão importantíssima, que é gerenciar os recursos negociados pelo Carbono Suruí para toda a comunidade que é preferencialmente para integridade dessa etnia, que formularam um fundo Suruí, como proposta de um mecanismo financeiro:

Ao final de todo este processo foi assinado um memorando de entendimento entre os quatro clãs¹⁴⁹, que firmou o comprometimento entre as associações indígenas do povo Paiter Suruí para a execução do Plano de Gestão da TISS, especialmente no tocante aos aspectos de pagamentos por serviços ambientais oriundos da comercialização de créditos de carbono esperados, (p.100).

O Fundo brasileiro para Biodiversidade - (FUNBIO), foi o responsável pelo desenvolvimento e desenho do Fundo Suruí, conforme os meios de comunicações que este grupo usou para divulgar, e que também tiveram o objetivo de capacitar a comunidade para implementar este mecanismo na Terra Indígena Sete de Setembro, que segundo relatam pelos princípios de transparência e governança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação proposta pela etnia Suruí para realizar um outro tipo de luta, onde perceberam uma outra forma de preservarem sua área de floresta. E, também de certa maneira foi uma tentativa de conter as emissões dos gases já que esta área vive sob forte pressão devido à expansão de propriedades rurais. Outra questão é o gerenciamento dos recursos obtidos pelo Projeto Carbono Suruí para toda a comunidade, e que deve ser preferencialmente utilizado para integridade dessa etnia, para tal formularam um fundo Suruí, como proposta de um mecanismo financeiro. E, também capacitaram a comunidade para implementar este mecanismo na Terra Indígena Sete de Setembro, segundo os princípios de transparência e governança.

As iniciativas diferenciadas e inovadoras de outros grupos tribais, na tentativa de soluções, encontrando-se em uma integração a participarem da economia das formas fundamentais institucionalizadas de uma sociedade, chegando a este século rodeados pela cultura envolvente, cuja a vida econômica é adaptada como meio de sobrevivência.

Ações como essas com novas iniciativas e tecnologias, fazem com que as marcas do passado pareçam distantes, mas que isto traz o fortalecimento da identidade e da preservação de seu habitat, trazendo novos aspectos da dimensão econômica, saindo da economia de subsistência,

para meios econômicos totalmente inovadores. De maneira que o Projeto de Carbono Suruí acaba por ter sua importância na defesa do território, do meio ambiente, contudo conduz a mudanças na prática cultural.

REFERÊNCIAS

BARRETOS, V. L.; Andréia C. S. F; Lígia C. P. **Sequestro De Carbono**. In Centro Científico Conhecer, Goiânia, Enciclopédia Biosfera N.07, 2009, p. 1-10. – disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2009/sequestro.pdf> – acessado em 05/06/2015.

BECKER, B. K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?**. In Parcerias estratégicas – n. 12, 2001. p. 135-158.

BONNEMAISON, J. **Viagem em Torno do Território**. In: ROSENDAHL, Z CORRÊA, R, L (orgs). *Geografia Cultural: Um século* (3) Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CASTRO, Sheila; SILVA, Carlandio Alves da. O agro é pop e não preserva ninguém: os discursos antagonísticos de Preservação Ambiental. In: **Revista Geographia Opportuno Tempore**: v. 6 n. 1, 2020. p. 93-108. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/39658/27239> - Acesso em: 23/04/2020.

COY, M. **Desenvolvimento regional na periferia amazônica: organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de fronteira, o caso de Rondônia**. In AUBERTIN, Catherine (Org.) *Fronteiras*. Brasília: UNB, 1988. p. 167-194.

COY, M. Rondônia: **Frente Pioneira e Programa Polonoroeste**. o Processo de Diferenciação Sócio-Econômica na periferia e os limites do planejamento público. In *Tübinger Geographische Studien: Tübingen* n. 95, 1987. p. 253-270.

DARTIGUES, A. **O que é a fenomenologia?** São Paulo. Editora Centauro, 1996.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: editora Atlas, 1992.

HAESBAERT, Rogério da Costa. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: edições Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric, Karl **Marx: Formações Econômicas Pré-capitalista.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

KOCHE, José Carlos. **Pesquisa científica: critérios epistemológicos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p. 254.

Lefebvre, Henri. **Marxismo: uma breve introdução.** Porto Alegre: L&PM, 2017.

MARTINS, M. A. **A Amazônia e Nós.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

Martins, José de Souza, A reinvenção da cidade na selva, Tempo Social. In: **Revista de sociologia da USP**, v.31, n.01, 2019. <http://www.scielo.br/pdf/ts/v31n1/1809-4554-ts-31-01-0011.pdf>. acessado em 15/04/2020

MINDLIN, B. **Nós Paiter: Os Suruí de Rondônia.** Petrópolis. Editora Vozes. 1985.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011.

POLITZER, G. **Princípios Elementares de Filosofia**. Editora Sarl. 1975.

SAQUET, M. A. **Estudos territoriais**: Os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica. In FRAGA, N. C. (Org.). *Territórios e Fronteiras: (re)arranjos e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2011. p. 33-50.

SURUI CARBONO. Disponível em:
http://www.kaninde.org.br/wpcontent/uploads/2015/11/folder_vers_o_final_1334543440.pdf.
Acessado em 10/10/2015.

YU, C. M. **Sequestro Florestal de Carbono no Brasil: dimensões políticas, socioeconômicas e ecológicas**. São Paulo. Ed. Annablume, IEB, 2004.